

**Maria Adelaide Meireles**

Bibliotecária responsável pela Seção de Reservados da Biblioteca Municipal do Porto. Licenciada em História.

**Luís Cabral**

Diretor da Biblioteca Municipal do Porto. Licenciado em Filologia Românica.

# Documentos relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto

**A** Real Biblioteca Pública Municipal do Porto foi fundada - decorria ainda o Cerco do Porto - em 9 de julho de 1833 (primeiro aniversário da entrada do Exército Libertador na cidade), por decreto de dom Pedro, duque de Bragança, regente em nome de sua filha, a rainha d. Maria II. A criação deste estabelecimento veio dar resposta a importantes necessidades culturais da cidade, que de há muito se faziam sentir e que eram, anteriormente, preenchidas pelo franqueamento ao público de algumas bibliotecas privadas. Dentre estas são de destacar, além das 'livrarias' de alguns conventos - congregados, lóios, beneditinos, grilos - as do bispo dom João de Magalhães e Avelar e a do 2º visconde de Balsemão. O rela-



tório que precede o decreto de julho de 1833, bem elucidativo das finalidades culturais que se pretendiam para a Biblioteca, diz em certo momento:

A ignorância é a inimiga mais irreconciliável da liberdade; e se a missão de um governo é satisfazer as necessidades da sociedade, o seu primeiro dever é sem dúvida preparar, e dar aos seus administrados, a instrução necessária para desenvolverem a sua inteligência, como justa garantia dos direitos, que lhes confere, e como compensação devida das obrigações, que lhes impõe [...]. Entre estes meios, um dos mais eficazes, sem dúvida, é o de estabelecer depósitos de todos os conhecimentos humanos, aonde os cidadãos pos-

sam vir livremente consultar as fontes da ciência, ou estancar a sede louvável da instrução [...].

O estabelecimento de uma biblioteca, propriedade da cidade, correspondeu, assim, ao ideário do regime liberal e, ao mesmo tempo, contribuiu para resolver um problema patrimonial grave, que nesse momento histórico surgira, e que consistia na elevada quantidade de bibliotecas de casas religiosas consideradas 'extintas ou abandonadas' (do Porto: Oratório, Lóios, São Francisco, São Bento da Vitória, Carmelitas etc.; de fora da cidade: Santa Cruz de Coimbra, Tibães, Paço de Sousa, Santo Tirso, Vila do Conde, Vila da Feira etc.). Estas 'livrarias' foram, no todo ou em parte, incorporadas à Biblioteca Pública do Porto, juntamente com algumas bibliotecas seqüestradas a particulares ditos 'traidores' à causa liberal (o bispo do Porto, dom João de Magalhães e Avelar, o visconde de Balsemão, Alexandre Garrett - irmão do escritor Almeida Garrett -, Aires Pinto de Sousa etc.). Os fundos iniciais foram reunidos em diversos depósitos dispersos pela cidade, tendo a Real Biblioteca Pública do Porto estado instalada, sucessivamente, no Hospício de Santo Antônio de Vale da Piedade, em parte do Paço Episcopal e, desde 1842, no edifício do Convento de Santo Antônio da Cidade, em São Lázaro, 'abandonado' pelos frades franciscanos da província da Conceição. A instalação definitiva no atual edifício não ocorreu sem discussão, ficando a dever-se em muito ao então prefeito do Douro, Manuel Gon-

çalves de Miranda, a adequada solução finalmente encontrada. Este mesmo monumento foi, simultaneamente, destinado ao Museu Portuense e à Academia de Belas-Artes. As obras mínimas indispensáveis para adaptação das instalações decorreram durante os primeiros nove anos de existência da Biblioteca. Embora criada à custa do Estado, a Biblioteca tornou-se, desde o início, propriedade da cidade, sob a administração da Câmara Municipal e com direito a receber o que hoje se designa por 'depósito legal'. Só mais tarde, por carta de lei de dom Luís, datada de 27 de janeiro de 1876, ficou determinado que a Biblioteca seria, para todos os efeitos, considerada estabelecimento municipal.

Foi aberta oficial e definitivamente ao público em 4 de abril de 1842, dia do aniversário da rainha d. Maria II, tendo-se procedido, a 8 de dezembro desse mesmo ano, à inauguração do retrato do fundador, primeiro imperador do Brasil, da autoria do pintor João Batista Ribeiro, e que ainda hoje se encontra em lugar de destaque na sala de leitura geral.

Do ponto de vista qualitativo, as coleções de manuscritos da Biblioteca Pública Municipal do Porto são consideradas muito valiosas, destacando-se as que se referem ao Brasil.

Note-se que a reunião deste conjunto foi fruto de condicionalismos vários e, por isso, não se pode esperar a existência de um fundo sistemático e abundante. Embora repercutindo, naturalmente, as vicis-

situdes da história, sobretudo a junção casual de espécies de proveniências tão diferentes como instituições religiosas e bibliotecas de particulares, o núcleo de documentação relativo ao Brasil foi, no entanto, em grande parte, originariamente reunido em duas bibliotecas particulares, cujos proprietários estiveram, de algum modo, ligados ao país. A primeira a salientar é a de Luís Máximo Alfredo Pin-

to de Sousa Coutinho, 2º visconde de Balsemão (que deteve os cargos de guarda-mor da Torre do Tombo, inspetor da Agricultura do Reino e que foi sócio efetivo da Academia Real das Ciências). A sua biblioteca deve-se, em parte, a seu pai, o 1º visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho, tenente-coronel de artilharia e capitão-geral de Cuiabá e Mato Grosso, cargo de que tomou posse em



**Frontispício do códice *Razão do Estado do Brasil*.**

1769 e que deteve até 1772. A segunda pertenceu a Sílvio Mondânio, nome arcádico de Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura que, depois de ter exercido o cargo de desembargador na cidade do Rio de Janeiro, onde se encontrava em 1766, veio para a Relação do Porto, sendo aí chanceler até 1809, ano em que foi assassinado no meio dos tumultos que precederam a entrada do exército de Soult na cidade, durante a segunda Invasão Francesa.

Na sua maioria, os códices de que aqui se trata são cópias. Algumas delas revestem-se, no entanto, de assinalável importância, quer devido à inexistência dos respectivos originais, quer por poderem ser complemento de outras versões manuscritas. Os seus limites temporais situam-se entre os séculos XVII e XIX, com particular incidência no século XVIII.

Dos manuscritos da Coleção Balsemão -

que totaliza 278 códices - destacam-se, entre os que se referem ao Brasil, os códices relativos à história, geografia, zoologia e botânica, viagens de exploração e demarcação do território, assuntos militares, economia, minas etc. Lembremos alguns títulos:

*Razão do Estado do Brasil* - Ca . 1616 - Ms. 126.

Trata-se da mais antiga cópia, entre as cinco conhecidas, de um original que se tem como perdido, cuja autoria do texto é atribuída a Diogo de Campos Moreno (sargento-mor no Brasil em inícios de seiscentos), e a dos mapas a João Teixeira Albernaz I.

Sobre a importância deste manuscrito são bem elucidativas as palavras do comandante Teixeira da Mota nos *Portugalliae monumenta cartographica*:

Depois de perdido o atlas do Brasil de



**Tamanduá. Desenho do arquiteto Antônio Jose Landi.**

Luís Teixeira, ainda do séc. XVI, e de que apenas uma parte se contém no roteiro-atlas da Ajuda, as cartas do códice portuense constituem o mais antigo atlas especial, hoje conhecido, de um território americano, o que lhe confere especial significado na história da cartografia. Realça, ainda, o fato na circunstância de o mais antigo atlas especial desse tipo, relativo a territórios ultramarinos portugueses, dizer precisamente respeito ao Brasil, o que mostra a importância crescente deste, dentro do agregado lusitano, em começos do séc. XVII.

Uma das outras cópias, sob o título de *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, pertence ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Embora a sua data seja cerca de dez anos posterior à do nosso manuscrito, as cartas têm expressa a autoria do célebre cosmógrafo e cartógrafo português, cuja obra se encontra largamente inventariada nos *Portugalliae monumenta cartographica*. Sob o mesmo título existe uma outra cópia na Biblioteca do Porto - (Ms. 819) -, esta do século XIX, que não contém os mapas, mas tão-somente as legendas.

*Desenhos de história natural* - finais do séc. XVIII - Ms. 1200.

Inclui 68 folhas de desenhos aquarelados com legendas que foram, há anos, atribuídas ao punho do arquiteto Antônio José Landi.<sup>1</sup> O autor, contratado por dom João V, foi para o Brasil juntamente com outros especialistas, integrando uma co-

missão incumbida da delimitação das fronteiras, tendo exercido atividade como desenhista, arquiteto e naturalista. Um outro códice (Ms. 542) da biblioteca portuense diz bem dessa última ocupação. Trata-se de uma cópia, que parece incompleta e que tem por título: *Descrizione di varie piante fruti, animali, passeri, pesci, biscie, rasine, altre simili cose che si ritrovano in questa cappitania del Gran Para, li qualli tutte Antonio Landi dedica a sua Exlca. il sigr. Luiggi Pinto de Souza Cavaglieri di Malta, e governatore del Matto Grosso ...* Embora habitualmente se associe este texto (Ms. 542) aos desenhos (Ms. 1.200), a verdade é que a organização de um e de outro diferem bastante.

*Diálogos geográficos, cronológicos, políticos e naturais...* - Ms. 235.

Autógrafo de José Barbosa de Sá, escrito em Vila Real do Senhor Jesus de Cuiabá em 1769, dedicado ao governador de Mato Grosso e Cuiabá, Luís Pinto de Sousa Coutinho. O escritor, que já se encontrava no Brasil em 1723, como ele próprio refere neste manuscrito, fez parte de expedições de bandeirantes a regiões auríferas e foi encarregado de proceder ao reconhecimento de terras e das missões dos jesuítas espanhóis. Em 1771 escreveu, também em Vila Real de Cuiabá, a tradução métrica dos salmos de Davi, que igualmente ofereceu ao visconde de Balsemão (Ms. 147).

Da Coleção Balsemão lembre-se, ainda, um conjunto de seis manuscritos da au-

toria de Domingos Alves Branco de Muniz Barreto. Natural da Bahia, Muniz Barreto foi capitão de infantaria do Regimento de Estremoz, nos finais do séc. XVIII e inícios do XIX. Deixou várias obras impressas e algumas manuscritas relativas ao Brasil e, principalmente, à sua cidade natal. Conhecem-se publicadas compilações legislativas, de caráter militar e civil, e uma obra sobre a abolição da escravatura. Cita-se, em primeiro lugar: *Descrição de uma diminuta parte da comarca dos Ilhéus da capitania da Bahia* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 688.

Trata-se de uma relação enviada à Academia Real das Ciências de Lisboa, com descrições concernentes à comarca de Ilhéus, por onde o autor viajou. Diz Muniz Barreto, em dado momento, que a memória vai acompanhada de estampas de ervas e raízes notáveis ali encontradas. Pois existe, igualmente na Biblioteca do Porto, um volume que, além de um pequeno texto sobre o modo de conhecer as plantas e de apanhá-las, contém também desenhos de várias ervas medicinais, à tinta da china e aquarela, cobertos por uma espécie de verniz. Tem por título: *Regras pelas quais se devem estampar as ervas medicinais, e fazer recolher as suas ramas e raízes em tempos próprios ...* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 436.

Neste manuscrito que, como vimos, é um apêndice da *Descrição da comarca de Ilhéus*, em que Muniz Barreto se declarou “estrangeiro na ciência da história

natural”, o autor diz do método utilizado para a estampagem das plantas e ervas

com a imprensa do meu uso, porque além de não diferir cousa alguma de quanto em si contém os mesmos vegetais, se lhe dá depois a sua natural cor, de um modo particular que também para isso sigo, a qual fica sempre conservada com a espécie de verniz de que uso por cima depois de os figurar, não aprovando de modo algum as estampas de fumo, que enquanto a mim fazem aumentar depois a reflexão e o trabalho, quando por elas se pretende fazer algum exame ou combinação.

A este propósito, referira-se já o autor, na citada *Descrição da comarca dos Ilhéus*, ao tratar da ilha de Quiepe, nos seguintes termos:

Por não achar nesta mesma ilha casa alguma, mandei formar pelos índios uma pequena palhoça [...] para poder





estampar as ervas, que por eles me fossem apresentadas, que são as que constam da primeira relação até nº 28, com as virtudes que por largas experiências são conhecidas dos mesmos índios [...]. Para melhor me persuadir do que afirmaram, depois que estampeei os mesmos vegetais, mandei diferentes vezes por dois índios, que nenhuma inteligência tinham desta matéria, procurar de mistura entre outras ervas aquelas, ou aquela, que me parecia, para o que lhe dava a estampa, e com efeito consegui, que por ela me trouxessem o mesmo que lhe pedia [...].

Do capitão de infantaria do Regimento de Estremoz são, ainda, os seguintes textos: *Observações que mostram não só o crime de rebelião, que temerária e sacrilegamente intentaram alguns moradores da capitania de Minas, no Brasil, mas a legítima posse, que têm os senhores reis de Portugal, daquelas conquistas* - finais

do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 1123. Está dividido em sete demonstrações. No fim da quinta demonstração, o autor diz que se lhe segue um discurso, em separado, sobre os abusos cometidos na administração da Justiça e governo da capitania da Bahia. Este discurso está copiado num outro códice, com a designação: *Apêndice que se promete na quinta demonstração do discurso formado sobre a premeditada conjuração de alguns réus moradores na capitania de Minas...* - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms. 1054.

Um outro escrito - um pequeno discurso proferido em 1791, com conselhos dirigidos aos índios, em que há uma crítica à forma como eles viviam, à relaxação dos seus costumes e também à má administração por parte dos portugueses - intitula-se: *Oração que foi repetida por Domingos Alves Branco Muniz*



Vista da cidade da Bahia, incluída na obra *Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia ...*

*Barreto, na presença do povo indiano da aldeia de São Fidélis, da capitania da Bahia, depois da missa que mandou celebrar pelo reverendo vigário o padre Antônio Nogueira dos Santos, na colocação que se fez da imagem do Santíssimo Coração de Jesus no altar-mor da Igreja Matriz - finais do séc. XVIII ou inícios do XIX - Ms.1052.*

À forma como o Brasil fora até então administrado alude o mesmo autor na obra: *Observações sobre a fortificação da cidade da Bahia e governo do Arsenal, pela Intendência da Marinha e Armazéns Reais, ordenadas por Domingos Alves Branco Muniz Barreto...* - Ms. 686.

São dele as seguintes palavras: "Sendo vastíssimos os domínios que a nação portuguesa possui no Brasil, não só se tem abusado inteiramente da riqueza que liberalmente lhe oferece, mas que pouco ou nada se tem cuidado em segurá-la, na defesa dos portos, que igualmente permitem uma navegação sem limite". Passa, em seguida, a referir a Bahia e sua enseada - da qual inclui uma vista com a inscrição: "Demonstração da cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos e das fortalezas que defendem a sua marinha ..."-, faz um pequeno histórico dessa cidade e não deixa de falar acerca da "imprudência dos portugueses", que acompanharam o seu primeiro donatário "em maltrataram, como não deveram, os índios [...]".

De temática militar, cita-se um outro manuscrito que pertenceu ao visconde de

*Balsemão: Instruções dos reparos da artilharia e suas rodas patescas por regras gerais que oferece ao Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão-general desta capitania, o seu menor criado, Joaquim Lopes Pompino - séc. XVIII - Ms. 806.*

A Biblioteca Pública Municipal do Porto possui uma importante coleção de plantas e mapas antigos, uns manuscritos, outros impressos. Dos manuscritos uma parte pertenceu aos viscondes de Balsemão, sendo a maioria destas peças referentes ao Brasil.

Dentre a variedade de levantamentos cartográficos - uns de natureza diplomática, outros com fins militares, uns regionais, outros locais, outros hidrográficos, alguns de grande escala -, destacam-se:

*Mapa de uma parte da América Meridional, pertencente à divisão pelo público tratado de limites entre as duas Coroas de Portugal e Espanha: demonstra a demarcação [sic] primeira de Castilhos Grande, até ao posto de Santa Tecla, e o país por que há passado a Armada del rei F., tudo configurado pelas ajustadas observações da prancheta; como também o que há atalhado o exército de S.M.C. e o que se fecha entre o rio Uruguai e missões pertencentes à sobredita demarcação, o que se pôs com as referidas notícias de práticos, e vaqueanos, assim portugueses como espanhóis, aos quais sendo mostrado, uniformes afirmaram estar conforme com o que eles sabem do referido país que o tem pisado. Demonstra*



*igualmente o grande como inútil trabalho que sofreria a Armada de S.M.F., saindo do Rio Grande aonde ao presente se acha, e marchasse por Chuí e Serro de Ilhecas a unir-se às tropas de S.M.C. que saíram de Montevideú, a fim de marcharem juntas a Santa Tecla ultimamente se mostra ser, inconveniente [sic] o fazer-se em o Passo de Chileno a junção dos dois exércitos... mandado desenhar novamente pelo Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho, governador e capitão-general das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá, por José Matias de Oliveira Rego, sargento-mor de infantaria com exercício de engenheiro, em o ano de 1769. - C-M & A-Pasta 19 [38].*

Também relacionados com os problemas de delimitação do território brasileiro são os seguintes mapas:

*Mapa de los confines del Brasil con las tierras de la Corona de España em la America Meridional... en el ano de 1749. - C-M & A-Pasta 24 [62];*

*Mapas do continente da Colônia de Sacramento, Rio Grande de São Pedro até a ilha de Santa Catarina, com a linha divisória da arraia ajustada pelo tratado de limites celebrado entre as Coroas de Portugal e Castela em o ano de MDCCL... - C-M & A-Pasta 24 [61].*

Sobre a ilha de Santa Catarina conservam-se dois belíssimos exemplares de cartografia, um deles com dedicatória ao visconde de Balsemão, então ministro e secretário de Estado dos Negócios Estran-

geiros e da Guerra:

*Planta particular da ilha de Santa Catarina, situada na latitude meridional 27 graus e 40 minutos, e na longitude 337 graus e 15 minutos, com a configuração da costa da terra firme, que decorre da ponta do Taquaraçutá, até à ponte de Imbaú, pertencente a esta mesma capitania... aprovada pelo Ilmo. e Exmo. sr. Luís de Vasconcelos e Sousa sendo vice-rei do Estado do Brasil, e projetada pelo governador interino, o sargento-mor de artilharia José Pereira Pinto, por quem também é oferecida esta planta ao Ilmo. e Exmo. sr. Luís Pinto de Sousa Coutinho... - C-M & A-Pasta24 [68];*

*Mapa de uma parte da ilha de Santa Catarina que se acha fortificada em estado de defesa - C-M & A-Pasta 24 [63].*

Como mapas regionais apontam-se:

*Mapa da capitania de São Paulo, que extrema com a capitania do Rio de Janeiro, comarca do Rio das Mortes; e a de Goiazes. Copiado em janeiro de 1779 - C-M & A-Pasta 25 [107];*

*Mapa da capitania de Minas Gerais, feito em 1793 pelo sargento-mor José Joaquim da Rocha - C-M & A-Pasta 24 [64].*

São várias as representações da Vila Bela de Mato Grosso. Levantado em 1777, por direção do governador e capitão-geral da capitania, Luís Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o *Plano da capital de Vila Bela do Mato Grosso...* (C-M & A-Pasta 24 [26]) mostra o palácio, o quartel, a igreja e a rua que fez abrir o notável go-

vernador, que ordenou o amplo levantamento cartográfico e reconhecimento geográfico da capitania.

É do seu tempo o desenho da planta de um dos muitos arraiais em que se fixaram os exploradores das jazidas de ouro e diamantes e que estão na origem de algumas vilas e cidades. Trata-se do *Plano do arraial de São Pedro d'el Rei, fundado e erigido em novo julgado no ano de 1781 por Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto governador e capitão-general das capitanias do Mato Grosso e Cuiabá* - C-M & A-Pasta 24 [23].

Além desta, existem ainda as plantas de quatro arraiais: Santana, Pilar, São Fran-

cisco Xavier da Chapada e de São Vicente, desenhados numa única folha - C-M & A-Pasta 24 [22].

Da exploração e reconhecimento do território, feita pela derrota de rios, foi encarregado o astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida. Os diários da viagem que fez, desde Vila Bela até São Paulo, por ordem do governador de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, encontram-se num manuscrito, que parece autógrafo, pertencente à Biblioteca do Porto (Ms. 464 - 2). O autor relata o percurso fluvial de centenas de léguas, com início em Cuiabá no dia 15 de outubro e termo em 31 de dezembro de 1788. Da viagem, realizada com a fi-



Plantas de quatro arraiais.

nalidade de demarcação dos limites das capitanias, resultou a elaboração de um mapa da autoria desse insigne geógrafo e explorador, que fez parte de uma comissão enviada ao Brasil com vistas à defesa da posse dos territórios a que Portugal se achava com direito. O referido mapa tem por título:

*Mapa do leito dos rios Taquari, Cuxiim, Camapoã, varador de Camapoã, Pardo, Paraná, Tietê e caminho de terra desde a freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Araitaguaba até a cidade de São Paulo, que por ordem do Ilmo. e Exmo. sr. Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres... governador e capitão-general das capitanias de Mato Grosso e Cuiabá... levantou, e fez no ano de 1788 e 1789 o dr. astrônomo Francisco José de Lacerda e Almeida - C-M & A- Pasta 19 [17].*

Resta mencionar um outro tipo de levantamento - os planos de edifícios. Conserva a Biblioteca do Porto a *Planta da igreja, convento e casas que foram dos mercenários [isto é, mercedários] da cidade do Pará. Levantada por ordem do Ilmo. e Exmo. senhor dom Francisco de Sousa Coutinho, governador e capitão-general deste Estado...*, feita por Joaquim José Ferreira, tenente-coronel engenheiro, nos finais do séc. XVIII. Em separado, são representados o plano inferior e superior da igreja e convento. - C-M & A-Pasta 19 [15 e 27].

Alude-se, em seguida, a alguns manuscritos do Fundo Geral e de origem identificada.

Do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra provém uma das três cópias, existentes na Biblioteca Pública Municipal do Porto, do célebre *Tratado ou Roteiro geral do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa. Tem o título de: *Roteiro geral com largas informações de toda a costa que pertence ao Estado do Brasil & à descrição de muitos lugares dela, especialmente da Bahia de Todos os Santos - séc. XVII - Ms. 119.*

Este códice foi incluído por Francisco Adolfo Varnhagen (*Reflexões críticas*) no número das mais antigas e exatas entre as 17 cópias de que em 1839 havia notícia.

Pertencem à Biblioteca do Porto mais duas cópias, uma do século XVIII, outra dos inícios do seguinte (Ms. 1041 e 610). A cópia do séc. XIX pertenceu à 'livraria' do desembargador Veiga (Sílvio Mondânio) e é, por sua vez, cópia de outra que existia no Convento de Jesus de Lisboa.

Dos manuscritos que pertenceram a Sílvio Mondânio, cuja temática é variada (história, geografia, política, economia, religião e literatura), assinala-se uma coleção das obras de Alexandre de Gusmão, com as variantes encontradas em três códices de desembargadores da Relação do Porto (Ms. 1107). Este códice inclui cinco textos:

1. *Dissertação ou discurso em que se manifestam os interesses que resultaram a Sua Majestade Fidelíssima dom José I e aos seus vassallos da execução do Tratado de Limites da América.*

2. *Representação que a el rei dom João V fez Alexandre de Gusmão sobre os seus serviços, pedindo-lhe remuneração.*

3. *Reparos sobre a disposição da lei de 3 de dezembro de 1750 a respeito do novo método da cobrança do quinto do Brasil, abolindo o da capitação.*

4. *Consulta em que se satisfaz o Conselho Ultramarino ao que Sua Majestade Fidelíssima ordenou sobre a facção do regimento das casas de fundição das minas do Estado do Brasil...*

5. *Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fez Antônio Pedro de Vasconcelos, governador que foi da Colônia do Sacramento, sobre os tratados de limites da América.*

Ao bispo do Porto, dom João de Magalhães e Avelar, pertenceu um manuscrito que, por sinal, ele mesmo copiou: *Visita do bispo do Pará* é o título que ostenta na lombada o códice 492.

Trata-se do diário das visitas pastorais que, em 1785-1789, dom frei Caetano Brandão realizou no seu bispado do Pará, e das reflexões sobre as mesmas visitas.

Integrados no Fundo Geral de Manuscritos, de proveniência não identificada, são de notar, dentre os que se reportam ao Brasil:

De Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio - que no Brasil exerceu as funções de juiz de fora e provedor da Fazenda Real da capitania do Pará (1767-1772) e de ouvidor e provedor da Fazenda Real, bem

como de intendente da Agricultura da capitania de Rio Negro (1773-1779) e deixou manuscritos alguns discursos, diários de viagens e pareceres jurídicos - cumpre citar: *Relação geográfico-histórica do Rio Branco da América portuguesa, na qual se dá notícia do seu descobrimento e do progresso e dos estabelecimentos [sic] que lhe foram posteriores: até o ano de 1778...* - séc. XIX - Ms. 538.

Dos rios que no Rio Branco deságuam, do território que ele banha, dos seus limites e confrontações, da invasão pelos espanhóis e da sua expulsão, bem como de particularidades da história natural e outras relativas às 'nações de índios' da região, seus usos e costumes, diz-nos ainda este escrito. Seguem-se-lhe, no mesmo códice, outras obras desse autor, entre as quais: *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez nos anos de 1744 e 1775; Apêndice ao diário da viagem...; [Representação do ouvidor e intendente-geral e provedor da Real Fazenda, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, à rainha d. Maria I contra o governador do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, em o Rio Negro, 12 de maio de 1779]; [Crítica à memória sobre o governo do Rio Negro]; Discurso que na comarca da vila de Barcelos, cabeça da comarca de Rio Negro, no Estado do Grão-Pará, deveria recitar o ouvidor da mesma comarca, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, na ocasião em que se fizesse pública a notícia de ter tomado*

posse do governo daquele Estado o Ilmo. e Exmo. senhor dom Rodrigo de Meneses.

A importância do primeiro dos manuscritos advém do fato de ser o único conhecido que apresenta mapas e desenhos (mapa da América Meridional na parte por onde corre o rio Branco, incluindo as povoações portuguesas estabelecidas nessa zona, em 1778; mapa estatístico dos habitantes das povoações do Rio Branco e Barcelos, em 1777; representação de um casal de índios e duas crianças numa canoa típica da região e, também, a de

uma índia do Rio Branco na sua rede - 'hamaca').

O diário da viagem que o autor fez às povoações da capitania de São José do Rio Negro e o apêndice ao mesmo diário são, igualmente, acompanhados de três cartas geográficas: a das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro, a do curso do rio Amazonas, o mapa do rio Negro, com a localização de missões e de povoações e sete mapas estatísticos da população (incluindo referências ao estado em que se encontram as igrejas e casas de habitação),



*Índia do Rio Branco. Sentada e  
embarracada-se num hamaca.*

Representação de uma Índia do Rio Branco, da obra *Relação Geográfico-histórica do Rio Branco ...*, de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio.

plantações, gêneros de colheita e produto dos gêneros comerciados pelos índios da capitania.

O texto do diário, tal como os dois outros que lhe estão juntos, relaciona-se com a célebre 'Questão dos limites' e, segundo o autor, estabelece o "direito dos mesmos [portugueses] contra as pretensões de Espanha", razão pela qual foi publicado na obra de Joaquim Nabuco, *Question de limites*. O "Mapa da América Meridional ..." foi incluído pelo mesmo autor no *Atlas demonstratif des droites du Brésil*, em 1903.

Importantíssima é a obra de Pero de Magalhães Gândavo, que está publicada desde inícios do séc. XIX - o *Tratado da Terra do Brasil*. Fundamental é também a cópia que dela existe na B.P.M.P., que serviu para corrigir e completar o texto da primeira edição, quando da reimpressão em 1924. Transcreve-se o seu título completo: *Tratado da Terra do Brasil no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes feito por Pero Magalhães* - séc. XIX - Ms. 597.

Igualmente através do exemplar da Biblioteca do Porto foi publicada, primeiro na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomos 38-43 - 1875-1880), mais recentemente pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, a seguinte obra de autoria de Diogo Lopes de Santiago: *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória*,

*primeiro aclamador da guerra* - séc. XVII - Ms. 111.

Digno de alusão é um outro tipo de documento - alguns poucos manuscritos literários; textos que se reportam à ação de ordens religiosas em terras brasileiras; mapas estatísticos.

Quanto ao primeiro grupo, referimos um códice miscelâneo que insere obras de Gregório de Matos Guerra - o Ms. 1184. Deste poeta guarda também a Biblioteca do Porto uma outra cópia que ostenta a designação: *Obras de Gregório de Matos e guerra natural da cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos. Feitas a várias pessoas no ano de 1690. E novamente copiadas neste volume de 1748* - Ms. 1388.

Dentre os vários códices com obras do padre Antônio Vieira, refere-se apenas o Ms. 812, intitulado "Sucinto extrato da vida e morte do V. P. Antônio Vieira... escrito por um curioso anônimo...", que integra os seguintes 'papéis': *Papel do padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus sobre várias cousas do Brasil; feito em 14 de março de 1647* e o vulgamente chamado "Papel forte" - o discurso sobre a entrega de Pernambuco aos holandeses.

Relacionados com a ação de ordens religiosas, lembram-se - para além das várias notícias atinentes aos mosteiros beneditinos do Brasil, nomeadamente as de eleição dos abades dos cenóbios, contidas nos chamados *Bezerros de Tibães*



(Ms. 1427, 1428 e 1429) - os seguintes códices: *Historia de la fundacion del colegio de la Compañia de Pernambuco hecha en el año de 1576* - séc. XVII - Ms 1103; *Catálogo dos jesuítas do Brasil* - Ms. 1378.

Trata-se, mais propriamente, de um conjunto de vários catálogos ou relações enviadas ao padre geral da Companhia de Jesus, entre 1631 e 1679, que nos dá notícia, por exemplo, do padre Antônio Vieira, admitido no Colégio da Bahia em 1623, e nos proporciona informações sobre os muitos membros da Companhia que, das várias casas da metrópole e também da África, Índia e Ilhas e de países estrangeiros, se dirigiram para o Brasil entre finais do século XVI e o ano de 1679. A tais referências juntam-se aquelas que nos indicam nomes de jesuítas já oriundos dos colégios existentes na América portuguesa, sendo freqüentes as alusões a elementos da Companhia de Jesus que tinham conhecimento da língua 'brasílica'.

Por último, pela raridade deste tipo de documentação, de grande interesse para a história demográfica e geográfica da Amazônia no século XVIII, salienta-se o conjunto de quatro mapas estatísticos da população indígena de aldeamentos das capitanias do Grão-Pará e São José do Rio Negro. Reportam-se aos anos de 1791 a 1794 e registram nomes de rios, povoações, dados sobre índios, agregados (família, escravos, índios) e, ainda, observações em que constam o número de fogos, nascimentos, casamentos, mortes e

militares em serviço - C-M & A-Pasta 24 [65].

Em fundos que deram entrada na Biblioteca do Porto por oferta, legado ou doação existem também materiais referentes ao Brasil.

O manuscrito 36 do Fundo Azevedo (do 1º conde de Azevedo, "bibliófilo e ilustre escritor portuense, que à organização da sua biblioteca consagrou quase toda a sua vida", contando para isso com a colaboração do escritor Camilo Castelo Branco, que muitas vezes foi incumbido da aquisição de manuscritos) é uma miscelânea que inclui a "Cópia da carta que Salvador Correia de Sá escreveu a Sua Majestade". Acha-se escrito em letra do séc. XVIII e teve um anterior possuidor, o abade de Vila Verde, Simão Álvares de Sá.

Documentos que interessam à história do Brasil são também os que constam de três códices oferecidos pelo professor da Faculdade de Medicina do Porto, Pedro Augusto Dias. Trata-se de miscelâneas em letra dos séculos XVII e XVIII - Ms. PD-6-2; Ms. PD-6-4 (volumes 1 e 2).

Do seu conteúdo não daremos uma relação pormenorizada, limitando-nos a remeter para os trabalhos que sobre eles fizeram Artur de Magalhães Basto (*Alguns documentos de interesse para a história do Brasil*) e Antônio Cruz (*Documentos que interessam à história do Brasil*).

Acresce, ainda, neste fundo, um códice que inclui, além do *Manifesto e edital que os holandeses publicaram em*

*Pernambuco*, algumas cartas:

Carta do governador Henrique Dias que mandou aos holandeses ao Recife em companhia das dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco;

Carta que mandou o capitão-mor Camarão ao Recife em companhia dos mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco;

Cópia da carta que os mestres de campo André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, governadores em Pernambuco, mandaram ao Recife em resposta [sic] da outra que lhe mandaram os holandeses junta com os cartazes de perdões para os moradores; carta do mestre de campo André Vidal de Negreiros em que dá conta da batalha e sucessos da vitória que Deus deu aos portugueses de Pernambuco a 18 de abril de 1648 - Ms. PD-39.

Por fim, menciona-se a coleção de ma-

nuscritos que pertenceu a Vitorino Ribeiro. Nela se encontra um pequeno texto sobre as propriedades medicinais das águas da Lagoa Grande, junto às minas do Sabará:

*Breve transunto das notícias da Lagoa Grande, virtudes experimentadas em diversos achaques, e cautelas necessárias para o uso dos seus banhos. Oferecido ao muito ilustre e R.<sup>mo</sup> sr. dr. Lourenço José de Queirós Coimbra... Recopilado de uma dissertação químico-médica que se há de imprimir sobre a mesma matéria por Antônio Cialli Romano... - datado de Vila Real do Sabará a 10 de Junho de 1749 - Ms. VR-70.*

No Ms. 56 da mesma coleção estão reunidas várias cartas de Alexandre de Gusmão sobre temática brasileira, incluídas também no já referido Ms. 1107.

Além deste breve percurso pelos fundos de manuscritos da B.P.M.P., citados alguns dos mais notáveis documentos relativos ao Brasil, apresentamos uma breve bibliografia sobre o assunto.

## N O T A S

1. O investigador Leandro Goes Tocantins, em 1963, identificou a letra por comparação com documentos do punho do referido arquiteto existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde também se encontra um documento escrito por Landi, em que requisita tintas e outros materiais destinados aos desenhos de animais e plantas da Amazônia.

## B I B L I O G R A F I A

BASTO, Artur de Magalhães. *Alguns documentos de interesse para a história do Brasil: apostila ao Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Coimbra]: Universidade de Coimbra, 1953.

\_\_\_, *Dom Antônio Rolim de Moura, governador da capitania de Mato Grosso: (três documentos)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO. *Biblioteca Pública Municipal do Porto: exposição no 150º aniversário da sua fundação: 1833-1933*. Porto, 1984.

\_\_\_, *Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto: índice preparatório do Catálogo dos Manuscritos*. Porto, 1879-1896 (essencialmente o 2º fascículo: Mss. Chartaceos: Geographicos).

\_\_\_, *Catálogo de Geografia da Biblioteca Pública Municipal do Porto...* Porto, 1895.

\_\_\_, *Catálogo dos manuscritos ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. [Org. A. de Magalhães Basto]. Lisboa: I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, 1938 (Reed. fac - simulada: 1988).

\_\_\_, *A pintura do mundo: geografia portuguesa e cartografia dos séculos XVI a XVIII*. Catálogo da exposição. Porto, 1992.

\_\_\_, *Por mar e por terra tantas mil léguas [...]*. Porto, 1994.

CRUZ, Antônio. *Documentos que interessam à história do Brasil*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1960.

FERREIRA, J. A. Pinto. "Mapa geral da população dos índios aldeados em todas as povoações das capitanias do Estado do Grão-Pará e São José do Rio Negro no primeiro de janeiro de 1792". Coimbra: V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1965.

HISTORIA de la fundacion del Collegio de la Compañia de Pernambuco, hecha em el año de 1576 ... Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1923. Coleção de manuscritos inéditos agora dados à estampa; 6.

LIVRO que dá razão do Estado do Brasil. Prefácio A. G. Cunha. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.

PORTUGALLIAE monumenta cartographica. Lisboa: [s.n.], 1960, vol. 4, pp. 93-97; est. 441-445.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira...* Recife: FUNDARPE, 1984. 1ª edição integral segundo apógrafo da Biblioteca Municipal do Porto.

# A B S T R A C T

After a brief reference to the history of the Municipal Public Library of Porto, the authors provide a list of the main manuscripts concerning Brazil. Though not a voluminous collection, it is considered very valuable from a qualitative perspective. Its bulk is formed by codices and maps belonging to the captain-general of 'Cuiabá' and 'Mato Grosso', the 1st viscount of Balsemão, (as well as to his son) and others which used to belong to Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura (Arcadian name: *Silvio Mondânio*), former judge at the High Court in Rio de Janeiro.

# R É S U M É

Après une allusion à l'histoire de la Bibliothèque Publique Municipale de Porto, les auteurs énumèrent les principales pièces manuscrites y existantes concernant au Brésil. Quoique limitée, cette collection est, du point de vue qualitatif, considérée comme étant de grande valeur. On y trouve surtout des documents en parchemin et des cartes qui ont appartenu au premier vicomte de Balsemão, capitaine-général de 'Cuiabá' et 'Mato Grosso' (ainsi qu'à son fils), et d'autres documents qui avaient appartenu à Manuel Francisco da Silva e Veiga Magro de Moura (pseudonyme littéraire: *Silvio Mondânio*), qui a été magistrat à Rio de Janeiro.